

DO “VIGOR DEMOCRÁTICO” À FLORAÇÃO DO GOLPE: INTERPRETAÇÕES DA CRISE BRASILEIRA NO PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES E WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS (1954-1962)

Cairo de Souza Barbosa¹

Resumo: Esse artigo tem por objetivo discutir duas importantes interpretações da crise brasileira entre os anos 1950 e 1960, produzidas no âmbito do pensamento político-social nacional: *Existe uma crise da democracia no Brasil?*, de Florestan Fernandes, escrito em 1954; e *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme dos Santos, de 1962. A hipótese, ancorada nas premissas da história intelectual, é que as visões produzidas pelos dois intelectuais sobre a agudização dos sentimentos de conflito e impasse na história do Brasil na metade do século XX estavam ligadas não somente às diversas tradições teóricas às quais se filiavam, mas sobretudo à ampla transformação do espaço de experiência da política. Em decorrência disso, desenham-se também, nos escritos aqui analisados, duas propostas diferentes sobre os caminhos e recursos necessários à superação dos dilemas que se colocavam à época, em que toma a centralidade do debate o horizonte de expectativas relacionado à própria (não) permanência da democracia brasileira.

Palavras-Chave: Brasil; democracia; crise; pensamento político-social.

FROM THE “DEMOCRATIC VIGOR” TO THE FLOWERING OF THE COUP: REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN CRISIS IN THE POLITICAL- SOCIAL THINKING OF FLORESTAN FERNANDES AND WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS (1954-1962)

Abstract: In this article I aim to discuss two important representations of the Brazilian crisis produced within the scope of national political thought, between the 1950s and 1960s: “Is there a crisis of democracy in Brazil?”, written in 1954 by Florestan Fernandes; and “Who will execute the coup in Brazil?”, written in 1962 by Wanderley Guilherme dos Santos. The hypothesis, anchored in the premises of intellectual history, is that the views produced by the two intellectuals on the heightening of the feelings of conflict and impasse in the history of Brazil in half of the twentieth century were linked not only to the various theoretical traditions to which they joined, but above all to the wide transformation of the space of experience of politics. As a result, there were also two different proposals concerning the necessary paths and resources to overcome the dilemmas existing at that time, making the horizon of expectations related to the (non) permanence of Brazilian democracy central to the debate.

Keywords: Brazil; democracy; crisis; political-social thinking.

* O presente texto é fruto de debates e discussões realizadas na disciplina “Pensamento Político Brasileiro V – Terceira República (1946-1964)”, realizada no IESP-UERJ, como componente obrigatória do regime de créditos externos do curso de doutorado.

¹ Doutorando em História Social da Cultural pela PUC-Rio. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Terceira República brasileira (1946-1964)

Esse artigo tem por objetivo discutir duas importantes interpretações da crise no Brasil, entre os anos 1950 e 1960, produzidas no âmbito do pensamento político-social nacional. Com Florestan Fernandes, em *Existe uma crise da democracia no Brasil?*, escrito poucas semanas antes do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, a ideia de crise é relativizada e associada à condição de normalidade fruto de uma série de efeitos transitórios do pleno progresso e funcionamento da ordem legal que estaria em processo de desenvolvimento no Brasil da época. Já com Wanderley Guilherme dos Santos, em *Quem dará o golpe no Brasil?*, de 1962, a noção de crise associa-se às instabilidades que, desde o início da década de sessenta, teriam intensificado a percepção da permanência dos problemas estruturais brasileiros, amplificando o conflito de classes sociais e, por conseguinte, o ímpeto golpista de setores conservadores.

É fundamental dizer que o cenário de fundo dessas obras, a Terceira República (1946-1964), talvez tenha sido um dos momentos mais efervescentes e conturbados da história do Brasil no século XX. Desde 1930, com os ataques à estrutura de sustentação do modelo federalista e descentralizado da Primeira República (1889-1930), emergiu no cenário nacional uma forma de governo que se pautava, especialmente, por práticas e ações ligadas, sobretudo, à retórica da centralização política, do desenvolvimento econômico via industrialização e da ideia de democratização social. Ao primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) corresponde o início da ampliação do espaço público, da massificação populacional, do fortalecimento da indústria nacional, mas também o incremento de formas autoritárias de poder e controle políticos que foram impulsionadas especialmente no contexto do Estado Novo, entre 1937 e 1945.

Em meio às controvérsias historiográficas que ora entendem os anos de 1930 e 1940 como a gênese do progresso brasileiro, ora criticam o varguismo como um momento de ampliação e explosão da violência de Estado, o fato é que a partir desse cenário da primeira metade do século XX o Brasil passou a figurar, ao menos no “concerto internacional das civilizações”, como uma nação que estava em pleno processo de desenvolvimento histórico. A ideia de “Brasil, país do futuro” (ZWEIG, 1941) difundiu-se fortemente em meio aos cataclismas causados pelas grandes guerras mundiais, que em certa medida impulsionaram as incertezas em relação à capacidade de a Europa continuar a se

autointitular a guia de uma pretensa marcha histórica em direção à liberdade e ao futuro redentor. Por isso, falava-se até em “exportação da brasilidade”, uma espécie de “modo de ser brasileiro”, algo que virou como tópica de divulgação cultural no exterior, nos EUA e no próprio “velho mundo” (NICODEMO, 2016).

Interessa-nos, contudo, não a gênese desse processo, mas seu desembocar: os anos 1950 e 1960. Também apreendidas em suas multiplicidades de sentidos e perspectivas, essas duas décadas foram de ampliação da industrialização e da urbanização; de brusco aumento populacional; de intensa migração das regiões rurais em direção aos espaços das médias e grandes cidades, especialmente nas regiões sudeste e centro-oeste; de ebulição política e ampliação da esfera pública de conflitos (HABERMAS, 2003), com a proliferação de partidos, movimentos sociais, organizações culturais e centros de pesquisa e produção de pensamento, tais como Ligas Camponesas, UNE/CPC’s, CGT, CONTAG, ISEB etc². Como indício disso, houve também uma intensificação das disputas em torno das ideias e dos projetos de Brasil.

É importante ressaltar que esse conjunto amplo de visões políticas, econômicas e sociais em disputa nesse cenário acabaram tendo, também, suas expressões eleitorais. Contudo, via de regra, a solidificação de certo aparato democrático brasileiro esbarrava, muitas das vezes, em ações de grupos conservadores que questionavam os resultados eleitorais e, em alguns casos, recorriam a setores das Forças Armadas para interditar o próprio processo democrático (GOMES e FERREIRA, 2018). A consolidação do modelo de sociedade liberal-democrática brasileiro entre 1945 e 1964, portanto, conviveu fortemente com ameaças à ordem e à estabilidade, gerando turbulências e diversos conflitos. Nesse sentido, o signo da crise emergiu em múltiplos cenários e operou de formas muito diversas tanto na linguagem política em geral - em jornais, revistas, discursos e espaços sociais -, quanto na produção do próprio pensamento social e político brasileiro.

A ideia corrente de instabilidade se atrelava, sobretudo, aos próprios acontecimentos da vida política nacional nas décadas de 1950 e 1960. Em primeiro lugar, o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, que escancarou as divergências políticas entre uma tendência ligada ao caráter nacional-popular, à industrialização de base e ao fortalecimento do Estado

² Para um mapeamento preliminar dos partidos, sindicatos e movimentos sociais que eclodiram nos anos 1950 e 1960, cf. LOVATTO, 2011.

como provedor de direitos sociais e motor do desenvolvimento econômico no Brasil; e outra ligada ao capital estrangeiro, que prezava, via liberalismo, pela abertura do país às dinâmicas internacionais do capital e pela ampliação da participação da iniciativa privada no processo de crescimento econômico, dispensando, em alguns casos, a preocupação com a desigualdade social³.

É, portanto, a própria dimensão do impasse político, que ameaçava toda a ordem institucional, o que faz da crise de agosto de 1954 um marco para a compreensão tanto das mudanças qualitativas que ocorreram desde então na vida pública brasileira quanto dos dilemas estruturais que puderam seguir obstaculizando o desenvolvimento político e institucional do país (ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 1994: 24).

A sucessão presidencial comportou outro impasse. O vice de Getúlio Vargas, João Fernandes Café Filho, assumiu o poder, mas apenas um ano depois se afastou por problemas de saúde. O cargo passou a ser ocupado, então, pelo presidente interino, Carlos Luz, figura próxima da UDN e, sobretudo, de Carlos Lacerda, à época grande líder do bloco de oposição. O objetivo maior era impedir a posse dos vitoriosos nas eleições de 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart, candidatos da aliança PSD-PTB, tidos como uma “continuidade do varguismo”. Essa articulação golpista, que novamente levou o Brasil a uma crise político-institucional, foi resolvida graças à figura do Marechal Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, que decide decretar um “contragolpe preventivo”, cujo objetivo era “assegurar a continuidade da ordem democrática” (GOMES e FERREIRA, 2018: 271).

Já no início dos anos 1960, Jânio Quadros, então governador do estado de São Paulo, é eleito presidente pelo modesto PTN, tendo como vice novamente João Goulart, candidato pelo PTB. Entretanto, apenas sete meses depois da posse Jânio decide renunciar ao cargo, abrindo nova crise e alastrando a instabilidade política pelo país. O grande impasse tinha a ver, dentre outras coisas, com a posse do vice, João Goulart, que à época estava em viagem à China com o objetivo de estreitar laços comerciais e diplomáticos. Rapidamente, setores militares se pronunciaram avaliando a “inconveniência” da posse de

³ Salvo engano, é necessário dizer que nem sempre essa foi uma tendência no interior da tradição do pensamento liberal brasileiro. A título de exemplo, o jurista Aliomar Baleeiro, ligado à UDN, defendia, nesses mesmos anos 1950, a necessidade de uma intervenção pontual do Estado, gerido pelas classes medias “esclarecidas”, para garantir uma espécie de “mínimo social”, necessário inclusive ao equilíbrio, à estabilidade e o apaziguamento das insatisfações populares (BALEEIRO, 1954).

Jango, mas não foram acompanhados pela maioria parlamentar. A saída foi estabelecida através de uma negociação política que resultou na implantação do regime parlamentarista, no qual Goulart tomaria posse, mas não teria poderes presidenciais plenos.

Deste momento em diante, até 1964, a situação foi de intensa mobilização nas ruas. O projeto das Reformas de Base de João Goulart contava com apoio de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e organizações ligadas às esquerdas. Em larga medida, as reformas “ocuparam o centro do debate nacional no pré-1964. E seus principais defensores eram ligados ao trabalhismo, notadamente o PTB, além dos comunistas e do setor católico progressista que fundou a AP – Ação Popular, em 1962.” (LOVATTO, 2011: 201). Desde o final dos anos 1950, o próprio PCB (Partido Comunista do Brasil), à época em condição de semilegalidade, mas em reascensão político-eleitoral após a chegada de JK ao poder em 1956 (BRANDÃO, 1988: 136; GOMES e FERREIRA, 2018: 264), passou gradativamente a defender a ideia de uma frente única de caráter nacionalista e democrática, uma espécie de via eleitoral que permitiria o desenrolar da revolução brasileira. Na chamada “Declaração de Março de 1958”, ainda que perdurasse o caráter marxista da análise que indicava a contradição entre burguesia e proletariado, havia um deslocamento substancial da lógica da ruptura do conflito de classes pela via insurgente.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política (PCB, 1958: 8).

Ainda segundo Lovatto (2001), o desenho de uma aproximação clara entre os “comunistas revisionistas”, afastados do stalinismo após as denúncias do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), e o janguismo petebista foi fator primordial também para que as reformas de base, gestadas sobretudo nas discussões da tradição trabalhista desde o início de 1958, ganhassem corpo como projeto político nacional, concretizado no lançamento, em 1960, da candidatura Lott-Goulart. Nessa ampla aliança que abarcava diversos setores populares e movimentos sociais, estava em jogo sobretudo

uma defesa complexa do desenvolvimento do capitalismo nacional como fator de remoção das “causas profundas do atraso de nosso povo” (PCB, 1958: 8-9). A principal contradição da vida brasileira, portanto, estava na oposição entre as “forças nacionais e progressistas” e o “imperialismo norte-americano”, tido como um entrave à concretização de transformações essenciais à ampliação da democracia e da igualdade social.

Muito por conta do aumento da força desses setores políticos ligados às esquerdas é que Jango vai enfrentar, por outro lado, intensa oposição de setores das direitas, especialmente de quadros da UDN, de setores militares e de instituições ligadas ao grande capital, como IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Em comum, o fato de que parte considerável dessa elite econômica aliou-se às frações do capitalismo internacional a fim de interromper a experiência democrática brasileira e perpetuar a lógica da dependência, brecando o projeto de reformas e base e, por tabela, a própria ampliação democrática da participação política (DEMIAN, 2013). Com o golpe de 1964 instituiu-se uma ditadura que durou pelo menos duas décadas.

Tais cenários de crises (1954, 1955, 1961 e 1964), portanto, servem para elucidar e ampliar a visão sobre a história do Brasil no século XX. Vistos à luz da factualidade, desnudam as dinâmicas e processos sociais que impactam diretamente na vida pública nacional transformando os rumos do processo de desenvolvimento democrático. Porém, essas experiências podem e devem ser analisadas também pelo prisma da história do pensamento social e político, entendido como um conjunto amplo de “escritos de natureza ideológica representativos da cultura política brasileira”, isto é, obras que, de um lado, procuram produzir ideias, valores e noções com a finalidade de organizar e orientar ações no plano prático e na esfera pública; e que, por outro, funcionam como uma série de estudos mais sistematizados dos fenômenos e das estruturas políticas nacionais que se desenvolvem ao longo da história (LYNCH, 2016: 80). Seja por seu caráter analítico, seja por seu potencial de intervenção na realidade prática, a análise da produção intelectual contribui fortemente para uma melhor compreensão de determinados fenômenos sociais que emergem em contextos específicos.

Nesse sentido, tanto o texto de Florestan Fernandes quanto o de Wanderley Guilherme dos Santos podem servir de subsídio à análise do contexto brasileiro dos anos 1950 e 1960. Por tentarem expressar certa visão sobre os impasses nacionais da época,

procuraram entender, através de estudos densos e analíticos, as dinâmicas da cultura política nacional e os fatores que levaram o país ao momento de aparente e evidente instabilidade no início da segunda metade do século XX. Mas também indicaram, em grande medida, caminhos e saídas possíveis às diversas crises que se sucederam no cenário brasileiro no cenário das décadas de cinquenta e sessenta.

A discussão das duas obras permite perceber como há uma transformação radical no regime de historicidade (HARTOG, 2013) – uma forma específica de conceber a articulação entre passado, presente e futuro - no Brasil nos anos 1950 e 1960 a partir de todos esses fenômenos histórico-sociais que atravessam a vida pública. Espaços de experiências, tradições, passados múltiplos, expectativas, horizontes de futuro e inovações se recombinaem e criam um novo modo de se relacionar com a própria realidade histórica da época. Tudo isso como fruto de uma série de transformações que vêm desde o final do século XIX, é claro, mas que tem sua intensificação nevrálgica exatamente no início da segunda metade do século XX a partir da consecução dos projetos de modernização política, econômica e cultural nacional.

A crise como efeito transitório: Florestan Fernandes e o vigor da democracia nacional

Em junho de 1954, em meio à crise política e institucional do varguismo, o sociólogo paulista Florestan Fernandes realizou uma conferência no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, no Ministério da Educação. Intitulada *Existe uma crise da democracia no Brasil?* (FERNANDES, 2008), tinha por objetivo analisar o cenário brasileiro da época, mas também propor saídas para os dilemas colocados naquele contexto. A pergunta central que dá título à palestra é respondida, logo no início do texto, com uma posição peremptória: o que se costuma chamar de “crise” é, na verdade, uma série de efeitos transitórios do pleno progresso e funcionamento da ordem legal que está em processo de desenvolvimento no Brasil.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Em 1941, ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, formando-se em Ciências Sociais. Sua carreira docente teve início em 1945, como

assistente do professor Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II na USP. Obteve o título de mestre pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com a dissertação "A organização social dos Tupinambá". Já em 1951, defendeu, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a tese de doutorado "A função social da guerra na sociedade Tupinambá". Atuou como substituto na cátedra de Sociologia da USP em substituição ao professor francês Roger Bastide até 1964, ano em que assumiu efetivamente a posição de titular com a tese "A integração do negro na sociedade de classes".

Na referida conferência, procura, em primeiro lugar, se opor ao que considera as "reflexões melancólicas sobre as incertezas da democracia no Brasil", colocando-se, neste debate, de forma bastante otimista. O paulista defende a ideia de que, como sociólogo, é necessário garantir o direito à emissão de opinião pessoal sobre determinados assuntos. O intelectual, portanto, pode e deve ser também atuar na esfera pública e intervir na própria realidade que o circunda: "a nossa exposição incide, deliberadamente, em raciocínios que envolvem, a um tempo, certa mistura de constatações com juízos de valor" (FERNANDES, 2008: 15). O próprio contexto parecia demandar dessas figuras ligadas ao pensamento político nacional uma maior participação nas dinâmicas, debates e ações políticas da época.

O primeiro movimento de Florestan é para entender quais são as questões que circulam no espaço público sustentando o argumento de que havia, nos anos 1950, uma instabilidade política no Brasil. Para ele, isso tem a ver com a formação política do regime democrático nacional desde os primórdios da Primeira República, no contexto da virada dos séculos XIX e XX. Nos anos 1950, contudo, esta percepção é atualizada a partir de três novas ideias fundamentais: a de que existe um oportunismo que acaba minando a ordem legal, a existência de partidos livres e a difusão de valores democráticos; a de que a atividade política mascara e esconde a exploração econômica do Estado por grupos ligados direta ou indiretamente ao governo, o que comumente é chamado de "espólio comercial"; e a percepção de que a demagogia e a incompreensão do presente são fatores que levam às atitudes extremas de partidos e lideranças, que acabam se distanciando dos problemas reais da sociedade. A atualização do debate sobre a crise, portanto, apareceu associada a um novo vocabulário político que inclui palavras e conceitos como oportunismo, exploração econômica, demagogia, incompreensão etc.

Essa tópica da formação e da crise, segundo ele, passou a ser tema de diversas perspectivas intelectuais no Brasil ao longo do século XX: de um lado, com Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, por exemplo, que procuram analisar essa questão como fruto da incompatibilidade entre a organização democrática, a ordem brasileira e os modelos importados da Europa e dos EUA; de outro, com Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Victor Nunes Leal, por exemplo, que associaram as inconstâncias da sociedade brasileira à tensão estabelecida entre a tentativa de cristalizar uma ordem legal-constitucional e a persistência de costumes locais. No primeiro caso, o problema estava na inadequação do repertório externo que se transporta de forma mecânica à realidade do país. No segundo caso, o problema residiria no fato de que os caracteres típicos da modernidade encontravam zona ou uma barreira de contenção e interdição calcada nas tradições locais (arcaicas) ainda sólidas e duradouras (FERNANDES, 2008).

É diante desse cenário amplo e diverso que o sociólogo paulista procura se posicionar. Para ele, são três os fatores que determinam a constância da evolução política nacional: a tendência à assimilação ao que vem de fora, a ideia de integração nacional e a luta contra os poderes autocráticos/autoritários. Contudo, a despeito desses problemas, segundo ele “a ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizatório democrático” (FERNANDES, 2008: 9). A constatação, portanto, é de que a democracia brasileira, nos anos 1950, estava em plena formação histórica em direção à estruturação e à maturação políticas. Ainda assim, enxergava entraves a este desenvolvimento, como, por exemplo, a persistência da ordem patriarcal, discussão que tem amplo lastro na história do pensamento social e político brasileiro⁴. Estes entraves seriam fruto de alguns fatores, tais como o enraizamento dos problemas decorrentes da proclamação, a lentidão para substituir velhos hábitos e práticas tradicionais e a persistência de situações econômicas e sociais avessas ao pleno desenvolvimento associada à continuação de um “egoísmo elitista”.

Tais “entraves”, em certa medida, se perpetuavam à medida que a modernização, expressa no processo de urbanização e industrialização (mundo material), nem sempre era

⁴ Aqui fica evidente a retomada de um tema comum às diversas tradições do pensamento brasileiro que tematizaram a questão do patrimonialismo e do patriarcalismo, especialmente Silvio Romero, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda e, algum tempo depois, Raimundo Faoro. Para uma discussão parcial do problema, cf. AGUIAR, 2002: 303-330

acompanhada por uma mudança no “mundo imaterial”, em especial nos costumes, crenças, leis etc. A percepção de uma “demora cultural⁵” dava conta de um descompasso e de um desenvolvimento por ora desigual entre diversas esferas da vida coletiva.

Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural. Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem transformar-se com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é obvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém-formadas coexistem inevitavelmente durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos às situações sociais que são por elas reguladas socialmente (FERNANDES, 2008: 13)

Contudo, Florestan acreditava que esse dilema não representaria risco severo à ordem democrático. Pelo contrário, tendia-se à

superação “automática” à medida que as esferas do pensamento e da ação social concreta se desenvolvessem e se equiparassem ao aparato institucional-legal democrático vigente na sociedade. A democracia, nesse quadro, era uma possibilidade latente à sociedade de classes brasileira e suas inconsistências, como a ausência de participação política consciente, seriam superadas pelo próprio desenvolvimento do processo democrático (SOUZA, 2007: 86)

Se havia uma garantia do desenvolvimento gradual democrático muito se devia ao fato de que, para Florestan, existiam três constantes importantes na evolução política brasileira. A primeira tem a ver a tendência à assimilação de modelos elaborados nos países considerados “adiantados”, isto é, cênicos. Para ele, uma decorrência disso é que nos “países insuficientemente desenvolvidos” movimentos sociais e políticos acabam reivindicando a transplantação de instituições nascidas nos países através dos quais se processou a expansão do mundo ocidental. Há, portanto, um grave problema associado à cópia do repertório externo, que é importado para o Brasil e acaba por nortear de forma cristalizada o debate sobre a formação brasileira.

⁵ Ao que parece, a questão da “demora cultural” foi retirada mais diretamente das formulações de Talcott Parsons, sobretudo das obras *Essays in sociological theory* [1949] e *The social system* [1951]. O próprio Parsons, entretanto, havia partido das discussões dos anos 1920, sobretudo da noção de *cultural lag* apresentada por William Ogburn em *Social Change* [1922].

Outra constante, para ele, é o arranjo da ordem legal com propósitos de promover e intensificar os laços de integração nacional. A ideia de que é necessário conectar, de formas variadas, as partes do território brasileiro, formando um todo unívoco e integrado. Por fim, a última tendência com a qual Florestan é identificado é a de que a organização da ordem social brasileira partiu, gradativamente, de elementos que se afastam da forma de poder autocrática, levando à gradativa democratização do Estado brasileiro. Então, diz ele, “acreditamos poder esboçar uma caracterização, que contraria o que se defende, comumente, como verossímil. A ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizatório democrático” (FERNANDES, 2008: 10). E completa:

assim, o viciamento das eleições pela influência dos ‘coronéis’ ou por fraudes inspiradas no Governo, a incapacidade aglutinadora dos partidos, a inconsistência da opinião pública, a invasão das esferas do Legislativo pelo Executivo ou vice-versa etc. não aparecem, primariamente, como índices da ausência de padrões democráticos de comportamento político. Mas, sim, como ajustamentos possíveis e previsíveis, nos diversos graus em que se podem realizar na prática, tendo-se em vista as condições mesmas do controle legal ou espontâneo das ações e relações políticas em uma democracia ainda na fase de elaboração sociocultural. (FERNANDES, 2008: 11)

Florestan acreditava que a democracia brasileira, em seu caminhar histórico, estava em plena formação em direção à maturidade. Só seria possível falar em crise, segundo ele, se a referência fosse a um organismo completamente constituído, isto é, ao desenvolvimento completo de uma ordem social, o que não era o caso do Brasil, nem de outros países que, também subdesenvolvidos à época, estavam na mesma “etapa histórica” de construção da democracia, como as diversas nações da América Latina, por exemplo. Cabe ressaltar que o momento de produção desse texto, em 1954, mesmo que já presenciasse os primórdios da intensificação da crise que levou, meses depois, ao suicídio de Vargas e à problemática da sucessão presidencial, ainda não se encontrava imerso em uma instabilidade político-institucional.

Nesse sentido, os problemas de ordem social, política e econômica eram, para Florestan, efeitos considerados normais, frutos de um longo processo de transformação histórica que se encontrava em um momento de transição rumo à concretização (*aufhebung*). Assim, a realidade colocada na primeira metade dos anos 1950, para ele,

apresentava-se como a abertura de um futuro otimista na esteira das transformações do progresso desenvolvimentista, fazendo coexistir, nesse presente, algumas pequenas (e curáveis) chagas do passado. Não haveria grande contradição entre um espaço de experiência marcado por um “passado que não passa” e um horizonte de expectativas promissor, tomado por um otimismo cintilante. A ideia de crise, portanto, não passaria de um exaspero ilusório que desviava o foco do real debate sobre o percurso normal da formação nacional.

A crise e a floração do golpe de Estado: Wanderley Guilherme dos Santos e o impasse da democracia nacional

Seis anos após a conferência de Florestan, em 1962, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos publicou um artigo intitulado *Quem dará o golpe no Brasil?* (SANTOS, 1962). O ensaio fez parte de uma coleção organizada por Álvaro Vieira Pinto e Ênio Silveira. No livro encontra-se uma reflexão sobre os impasses da democracia brasileira no início da década de sessenta e a constatação de que as condições históricas e sociais da época encaminhavam o Brasil para um golpe de Estado. Para ele, ao menos desde 1961, na crise de sucessão entre Jânio Quadros e João Goulart, havia uma tentativa organizada de instalar no país uma ditadura de direita. A partir disso, desenvolveu-se um cenário de intensa instabilidade, ligado especialmente à permanência de problemas sociais que dariam sentido e sustentação à jornada golpista. Era necessário, portanto, um mergulho analítico profundo na realidade brasileira, posto que “o golpe é sempre um fenômeno social e, em consequência, são suas causas sociais que devem ser buscadas e combatidas.” (SANTOS, 1962: 3)

Wanderley Guilherme dos Santos nasceu no Rio de Janeiro, a 13 de outubro de 1935. Em 1958, concluiu sua graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Muito tempo depois, obteve o título de doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford, dos Estados Unidos da América, com a tese *Impass and Crisis in Brazilian Politics*, sob orientação de Robert Packenham, em 1979. Realizou um estágio de pós-doutoramento em Teoria Antropológica também na UFRJ, em 1986. Em 1960, aproximou-se do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a convite do professor Alvaro Vieira Pinto. Também participou ativamente da criação de instituições, órgãos e

entidades como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

A ideia central de Wanderley colocada no referido ensaio, mistura de análise e vaticínio, é que a situação social brasileira, naquele cenário, era a única responsável por conduzir o país à escalada golpista. Não se trata, segundo ele, de uma novidade: a ameaça de golpe ronda a história brasileira sempre que há um ascenso das classes populares. Os golpistas, nesse caso, são associados à imensa minoria que não respeita o direito que o povo tem de fazer valer suas reivindicações fundamentais.

E quando, finalmente, a massa camponesa desperta da secular passividade que a caracterizava e se organiza com o objetivo de alterar a estrutura agrária brasileira, a qual é responsável não somente pela miséria da população trabalhadora rural, mas igualmente responsável, juntamente com outros fatores, pelo asfixiante encarecimento da vida nas cidades, a quem pode enfurecer esse movimento? – Uma aspiração tal como a dos camponeses só inquieta aqueles que vivem da exploração dos camponeses, no campo, ou seja, os latifundiários, e da exploração da fome do povo, nas cidades, ou seja, os comerciantes ligados ao latifúndio agrícola. E não se precisa saber somar para perceber imediatamente que os latifundiários, mais os comerciantes-tubarões das cidades, constituem, ainda assim, ínfima parcela da população. Conseqüentemente, quando se organiza uma luta camponesa com os objetivos aqui descritos, é essa uma luta também em favor da maioria contra a pequeníssima minoria que vive da espoliação da maioria (SANTOS, 1962: 4).

Diante da efervescência sociopolítica da época, com o afluxo de imensos movimentos populares, conforme mencionamos acima, o cientista político considera importante mostrar o cenário de polarização que se desenhava. De um lado, as movimentações das massas no Brasil naquele contexto que tinham por conteúdo essencial, necessariamente, a defesa ampla e irrestrita da maioria da população, submetida por uma minoria dominante. De outro lado, as forças ligadas à ameaça golpista, que partiam da “defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo” (SANTOS, 1962: 5). É desse conflito aparentemente irresoluto que surge uma escalada autoritária rumo à derrubada da democracia vigente. Por isso, ele considerava que o golpe que se desenhava no Brasil era contra o povo brasileiro e contra sua “vanguarda mais aguerrida”, ou seja, trabalhadores, camponeses e estudantes.

A explicação de Wanderley para o golpe procura refutar duas “mistificações” difundidas naquele cenário: a de que haveria uma articulação golpista de grupos da esquerda e a de que o grande movimento de massas seria o principal causador do golpe. Antes de tudo, parte da ideia de que o conteúdo fundamental do ardil golpista é o desejo, por parte da minoria dominante, em manter, a qualquer custo, seus privilégios ligados à posição que ocupava na estrutura social brasileira da época. Para ele, o ascenso dos movimentos populares, fortalecidos do ponto de vista político e organizacional, não era um abalo à democracia, mas sim uma resposta às permanências históricas de algumas dessas estruturas sociais de longo prazo, em grande medida atreladas à condição brasileira de nação capitalista dependente sob tutela do imperialismo internacional. O cerne do argumento do cientista político, portanto, é esse: a situação do Brasil era de um impasse paralisante, de uma crise política e institucional, que deveria ser analisada e estudada a fundo sob pena de se abrir espaço para a sentença golpista final.

As forças do povo não se podem deixar enganar pelas aparências dos fatos. Existe uma opção real, objetiva, no momento atual, e é em função dela que os homens e os movimentos devem ser caracterizados. Essa opção é a que coloca de um lado aqueles que consideram desejável alterar a estrutura fundamental do País para que as exigências sociais sejam satisfeitas e, de outro, os que consideram que não se deve alterar aquela estrutura, quer dizer, mantê-lo como nação capitalista, dominada pelo imperialismo. É claro que optar pela segunda alternativa implica resolver os problemas do povo em prejuízo do povo, e não há sutileza capaz de esconder este fato. Logo, toda proposta que tenha por objetivo desviar a atenção do verdadeiro impasse que se está agravando cada dia mais, seja sob que pretexto for, está optando pela segunda alternativa e, conseqüentemente, é dirigida contra o povo (SANTOS, 1962: 48).

Nesse sentido, Wanderley considera que estava em vias de se realizar, no Brasil, um golpe seguido da implementação de uma “ditadura de governo forte”, que se caracterizaria pelo fato de que todas as medidas adotadas seriam justificadas, do ponto de vista oficial, a partir dos imperativos da segurança ou da salvação nacionais. Veiculava-se a ideia de que essa era a única forma de salvar a democracia, posto que

só é possível remediar o descalabro e o impasse em que se encontra o País se for constituído um governo acima dos partidos, com autoridade suficiente para impor, contra a vontade dos partidos, se necessário,

aquelas medidas que consultem aos verdadeiros interesses de segurança e de salvação nacionais⁶ (SANTOS, 1962: 29).

Não era por acaso que Wanderley identificava na retórica do “problema da segurança nacional” um dos alicerces fundamentais de parte do discurso golpista da época. Já em 1959, Golbery do Couto e Silva, então Coronel membro do Estado-Maior do Exército, um dos maiores intelectuais militares do país, definiu assim essa problemática: “Segurança Nacional caberia defini-la, por certo, como: o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para consecução e salvaguarda de seus Objetivos, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis” (SILVA, 1981: 155). A garantia da “ordem” era fator fundamental para o pleno desenvolvimento econômico, político e social do país. Com a finalidade de “estabilizar” a vida pública, o paradigma da defesa deveria funcionar “acima” das divergências políticas com o fim último de garantia da normalidade democrática. Em suma, Golbery e outros “pregavam nas décadas de 1950 e 1960 que a política brasileira deveria se submeter às exigências da segurança nacional, destinada a salvaguardar o desenvolvimento do país [sobretudo] contra a ameaça do comunismo” (LYNCH, 2017: 14, *grifo nosso*). Essa é a lógica, inclusive, dentro da qual vai operar uma parte da retórica do golpe e da ditadura civil-militar brasileira a partir de 1964.

As condições que levavam à criação dessa ilusão tinham a ver, segundo Wanderley, com duas noções fundamentais difundidas pelos ideólogos do golpe à direita: a primeira era de que só soluções técnicas poderiam resolver os problemas sociais brasileiros. Tal ideia, em alguns casos aventada por lideranças udenistas, vinha na esteira da percepção de que, diante da contaminação do Estado por atores políticos, seria preciso que o governo passasse a atuar para além dos interesses sociais em jogo. Já a segunda era um complemento lógico à

⁶ Sobre o “Estado de Direito” que se cria nessa ditadura, complementa: “pois bem: são essas mesmas leis e regras, estabelecidas pela minoria dominante, e que não podiam ser violadas pelo povo sem risco de penas severas, *que começam a ser violadas pela própria minoria dirigente, quando se instala uma ditadura por intermédio de um golpe*. Começa-se por rasgar as leis que regulam a conquista do poder político, no caso os estatutos eleitorais, e daí por diante, dependendo das necessidades, rasgar-se-ão quaisquer leis. O povo não se deve iludir jamais a respeito disto, acreditando em regimes de emergência e de exceção, os quais se apresentam sempre como passageiros.” (SANTOS, 1962: 13). Tem-se aqui um esboço do conceito de Estado de exceção, que na tradição da filosofia política europeia encontra já em Walter Benjamin mas que vai ser desenvolvido também, posteriormente, e na mesma direção analítica, por Giorgio Agamben. Cf. AGAMBEN, 2004.

primeira: para realizar tal tarefa, seria preciso de um governo forte baseado em medidas de autoridade. Estava desenhada, portanto, a “necessidade” de derrubar a estrutura democrática vigente para criar uma forma política capaz de governar o Brasil em crise. Combinavam-se, com isso, um afastamento entre Estado e povo, de um lado; e uma aproximação entre algumas classes sociais, ligadas à minoria privilegiada, e o poder político, de outro (SANTOS, 1962).

Assim, para ele a crise política nacional do início dos anos 1960 tinha a ver com um jogo de forças ligado à luta de classes. A linguagem política marxista, que se espria de maneira não ortodoxa pelo panfleto, é fruto também da aproximação que estabelece com a política prática e cotidiana. Em 1962, participou do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), fração política vinculada às Ligas Camponesas, à época sob a batuta de Francisco Julião. Além disso, escrevia constantemente, já no início da década de sessenta, ao semanário *O Metropolitano*, publicação vinculada ao movimento estudantil do Rio de Janeiro (PINTO, 2019: 1). E nos tempos de FNFI (Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil), chegou a ser presidente do diretório acadêmico e a lutar ativamente pela melhoria da estrutura universitária. No momento inicial de sua carreira intelectual, assim, Wanderley, além de se vincular ao ISEB e às discussões teóricas, apresentava-se também como figura preocupada com a cena pública, o que pode ser visto com afinco em *Quem dará o golpe no Brasil?*. Seguindo hipótese de Marcelo Sevaybricker (2008: 129), nesse momento, entre 1962 e 1963, ele “se apoia no marco teórico marxista a fim de criticar as ‘ideologias’ dominantes do período, como o nacional-desenvolvimentismo defendido inclusive pelo ISEB, instituto do qual ele fazia parte, e a ideologia autoritária, defendida, por exemplo, por Carlos Lacerda.”

Com uma pegada mais sociológica, portanto, o panfleto investe muito na ideia, devota da já discutida noção de “demora”, de que há uma permanência das estruturas arcaicas na sociedade brasileira e que, por isso, elas são incapazes de dar conta das novas dinâmicas da modernização do século XX. Ao utilizar-se de conceitos como ideologia, classes sociais e da ideia de “condições materiais”, porém, Wanderley Guilherme não se aproxima diretamente de uma tradição marxista mais ortodoxa; pelo contrário, seu diálogo mais direto é com a própria época de grande agitação e mobilização popular, em especial de parte dos chamados “setores progressistas”, responsáveis por construir e difundir certa

consciência em relação às articulações das forças golpistas que se desenhavam à época (Pécaut, 1990).

Por isso, acredita que é nesse escopo e com essa questão em vista que os movimentos populares deveriam passar a se organizar em torno de reivindicações cada vez maiores. Por outro lado, as minorias privilegiadas e dominantes se colocavam em recusa às transformações necessárias, contribuindo mormente para a permanência dessa mesma estrutura que era atacada pelo “povo”. Nesse claro conflito de classes, em que interesses díspares estão em disputa, o golpe, portanto, seria o recurso final a que recorreriam essas mesmas classes dominantes a fim de manter seu *status quo* e de conter a ascensão avassaladora das massas populares à formalidade, aos espaços de disputa social e, sobretudo, à organização política. Essa tese, posteriormente, tornou-se clássica entre as tradições marxistas que interpretaram o golpe de 1964.

Nesse caso, as expectativas colocadas em torno do sucesso da modernização se reduzem cada vez mais a medida em que, a despeito do avanço industrial e urbano, não diminui a recorrência e a permanência das experiências de um passado que, ao que parece, não passa por completo. A leitura de Wanderley, portanto, apontava para a existência de um impasse gigantesco na história brasileira no início dos anos 1960: o ciclo de desenvolvimento não havia sido capaz de remover as estruturas arcaicas que ainda organizavam a vida social e coletiva nacional. Pior: as classes dominantes e a elite econômica do país eram avessas às poucas transformações de caráter progressista que tinham ocorrido na estrutura social brasileira, por isso tediavam a flertar sempre com o golpismo.

O Brasil em transe: experiência e expectativa, democracia e golpe

Não é somente por conta dos distintos arcabouços teóricos e linhagens ideológicas que as percepções de Wanderley e Florestan são diferentes entre si. É preciso ver como a própria realidade histórica e a sucessão de eventos nessas duas décadas alteraram substancialmente as noções e a semântica das ideias de crise e instabilidade. Além disso, é preciso ver como, em decorrência disso, os dois intelectuais, a despeito de

concordarem em alguns pontos, não somente tinham diagnósticos distintos, mas também propuseram diferentes saídas a esses impasses colocados nas décadas de cinquenta e sessenta.

O ano de elaboração do texto de Florestan era ainda, grosso modo, um período de fortalecimento da chamada Terceira República (1946-1964). O sociólogo paulista, ao concluir a graduação em 1945, desenvolveu sua vida adulta e profissional *pari passu* ao período de fortalecimento e expansão da democracia brasileira. Não à toa, suas reflexões, já na virada dos anos 1940 para os anos 1950, se debruçaram especialmente sobre as questões teóricas e metodológicas ligadas à formação do campo sociológico no Brasil. Na defesa dos pressupostos científicos da disciplina, que para ele seriam os mais ajustados à vida moderna que se desenrolava gradualmente no Brasil, optou, por exemplo, pela recusa ao ensaísmo, considerado “pré-científico” (JACKSON, 2007). Além disso, pelo diálogo forte com certa tradição da sociologia norte-americana, em sua fase ainda “pré-marxista”, apostou fortemente no paradigma do desenvolvimento como caminho à “evolução política e social nacional”.

No arco de tempo que vai de 1954, ano da publicação do texto de Florestan, até 1962, momento da publicação do texto de Wanderley, as transformações sociais e econômicas brasileiras sofreram de uma intensa aceleração social, e a própria experiência do tempo histórico se alterou fundamentalmente (GUIMARÃES, 2017). Na arena política, desenrolaram-se dinâmicas que, especialmente nas sucessões presidenciais, armaram tanto cenários de golpes das forças conservadoras e das direitas quanto renúncias em meio às instabilidades: no próprio suicídio de Getúlio Vargas e na crise que levou ao “contragolpe” preventivo de Lott; depois, no momento da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e na tentativa de impedimento à posse de João Goulart. Nesse sentido, as experiências históricas vividas pelos autores fazem com que as percepções sobre o cenário e a concepção de crise se alterem substancialmente também.

No caso de Wanderley, portanto, vivenciava-se um movimento duplo na esfera pública: de um lado, o fortalecimento substancial de movimentos sociais, partidos e demais agremiações políticas, das quais procurou se aproximar tanto nos programas de leitura e debate intelectual, quanto na perspectiva de uma militância mais ampla. Isso fez com que se desenvolvesse, no interior de suas reflexões, um vocabulário próximo do marxismo não

ortodoxo, que entendia a incidência da economia e da organização social (classes, instituições etc) sobre a esfera política decisória e organizatória. Nessa conjunção de fatores, desenvolveu um olhar mais afeito à ideia de uma “inevitabilidade da crise”, isto é, de que o cenário que desenhava caminharia, invariavelmente, a uma contradição insolúvel que poderia terminar com uma ruptura institucional e democrática de caráter golpista.

A transformação experimentada pelos atores sociais nesse contexto dos anos 1950 atendeu a uma espécie de “compressão temporal”. Eventos, fatos, acontecimentos, disputas e choques se amontoaram ao longo desses anos da metade do século XX. Havia uma dupla abertura nesse regime de historicidade: um caráter de novidade fruto das vastas transformações econômicas e sociais, especialmente ligadas à industrialização e à urbanização avassaladoras. Ao mesmo tempo, repetiam-se alguns expedientes comuns: violência estatal, instabilidade institucional, golpes antidemocráticos, infâmias eleitorais, dissensos ideológicos agudos e ausência de continuidade democrática. Combinavam-se, portanto, modos distintos de apreensão da experiência histórica, combinando surpresa e repetição, novidade e reaparição (KOSELLECK, 2014). O caminho em “direção ao futuro”, com o desejo de que ele fosse diferente e melhor, esbarrava na persistência do passado, entendido como uma força que inexoravelmente reapareceria de forma atualizada no presente.

Por conta disso, as respostas dadas pelos dois intelectuais às duas conjunturas foram, obviamente, diferentes. Florestan, apostando mais nas “instituições da República”, acreditava que os partidos, por exemplo, deviam ocupar função central no processo de consolidação do moderno desenvolvimento brasileiro, servindo de espaço de educação política a fim de criar cidadãos de direito, não somente eleitores de fato. Esses partidos deveriam, também, buscar ampliar sua participação de forma direta nas ações dos governos a partir das diversas modalidades de cooperação e influência construtivas. O que o sociólogo paulista defende, portanto, é uma busca por meios e formas de amplificação dos canais de formação de ideias que ligassem partidos e governos (FERNANDES, 2008).

Para tanto, seriam necessárias três condições: que esses partidos se modificasse em sua estrutura e funcionamento, de modo a adquirirem unidade, disciplina e uma plataforma política definida; que os interesses econômicos e os ideais políticos de todas as camadas

sociais da sociedade brasileira pudessem encontrar expressão regular e autônoma nos partidos constituídos; e que, por último, os partidos populares tivessem meios de exercer uma influência comparável à dos partidos conservadores. O que ele procura defender é a necessidade de se adotar, do ponto de vista estratégico, uma posição de intensificação das formas de pressão e controle social sobre as atividades do governo, cuja finalidade é garantir a aproximação entre Estado e nação, entendida enquanto *corpus* complexo da sociedade civil (FERNANDES, 2008).

Soma-se a isso a necessidade de, segundo Florestan, investir em educação como meio de resolução dos problemas que ainda entravavam o pleno desenvolvimento brasileiro. Para ele, desde o contexto pós-abolição da escravidão e de proclamação da República, a questão da educação fez-se presente a partir da ideia de “formação intelectual das elites”, algo insuficiente para a criação de uma ordem democrática mais ampla. Por isso, procura defender que um novo sistema educacional seria fundamental para a melhoria da articulação entre Estado e nação. Através de uma educação capaz de, em primeiro lugar, destruir a mentalidade arcaica que ainda persiste no Brasil, seria possível preparar a sociedade civil para a realização de papéis políticos específicos, especialmente ligados a alguns valores como a “afiliação nacional”, a “ética da responsabilidade” e o “respeito aos direitos e deveres do cidadão” (FERNANDES, 2008: 19).

A propalada noção de crise, para o sociólogo, tinha mais a feição de um desajuste que poderia ser resolvido a partir do aprofundamento da ordem democrática, experiência fundamental que estava atrelada ao andamento “regular” do desenvolvimento nacional desde os anos 1940. Ao entender a modernização como um processo em franca evolução, desenhava-se, no Brasil, um regime de historicidade em que o futuro era o espaço-tempo da realização, mas também da dissolução e da remoção dos próprios entraves herdados do passado colonial, escravista e elitista. Promissor, o porvir estava atravessado por um sentimento de otimismo e o horizonte de expectativas se ampliava em múltiplas possibilidades positivas.

Anos depois, a mudança do cenário e o fundamento do pensamento sociológico de Wanderley fez com que enxergasse a realidade sob outra ótica. Tanto é assim que as saídas que aponta para a crise do início dos anos 1960 são bastante distintas. Para ele, não é possível mais apostar no caminho da conciliação, e o arrefecimento das movimentações

populares poderia representar a abertura final ao golpe. Nesse sentido, recusa, em certa medida, as soluções ligadas apenas às instituições tradicionais do Estado, especialmente o pleito eleitoral. A única maneira de fazer com que as forças da reação e do golpe fossem derrotadas seria organizando o povo e instruindo-o sobre o fato de que:

não são as suas reivindicações a fonte dos problemas nacionais, mas a estrutura fundamental do País – capitalista, dominado pelo imperialismo – é a fonte de todos os problemas que afetam a Nação brasileira, entre os quais se incluem os problemas populares, de onde surgem as reivindicações das massas. A solução, portanto, não consiste em esmorecer ou cessar o movimento popular, mas justamente em fazê-lo avançar, a fim de que se altere aquela estrutura fundamental. Jamais conseguirão as forças populares convencer a minoria privilegiada. Para esta o problema consiste em que o avanço popular multiplica os problemas, de tal modo que a estrutura básica fundamental do País vai se tornando incapaz de suportá-los e pode ocorrer que aquele setor da burguesia nacional, que por enquanto ainda resiste à solução de direita, termine por aceitá-la, temerosa do avanço do movimento popular e das consequências que a tentativa de alterar a ordenação social poderia acarretar (SANTOS, 1962: 43).

O que o cientista político considerava fundamental era a necessidade constante de organização dos movimentos populares a partir dos critérios de politização. Essa articulação do povo, inclusive, seria a única condição de resistência à escalada golpista que se desenhava. A crise aqui estava atrelada à impossibilidade de buscar saídas aos impasses por meio do investimento em “instrução formal” ou pura e simplesmente em uma aproximação entre partidos e Estado. Wanderley pensava assim pois sabia que o passado era ainda muito presente, e suas expectativas de futuro estavam completamente emaranhadas na experiência histórica nacional, um aglomerado de persistências de traços estruturais brasileiros herdados dos séculos anteriores. A chamada “modernidade brasileira”, portanto, não se realizou enquanto um futuro que prometia desgarrar-se do passado; pelo contrário, ele se fez repetir e permaneceu de forma abrupta e cintilante. Afinal, aquela República da plena democracia à qual se referia Florestan estava em vias de ser substituída por um Estado autoritário, uma “ditadura de governo forte”; pelo espírito antidemocrático e conservador que vigorava no país há tempos.

O Brasil da década de 1950, em completo transe, de fato havia se transformado muito rapidamente, e os impactos disso podem ser vistos tanto no diagnóstico que

estabelecem quanto nos remédios que Florestan e Wanderley procuraram receitar. Seja visto de um prisma otimista em relação ao caminho a ser percorrido até a “completude democrática”, seja por uma perspectiva ressabiada em relação às articulações golpistas, a ideia de uma nação brasileira que estava em formação tomou a centralidade do debate público e virou ponto nevrálgico das produções no âmbito do pensamento social e político brasileiro ao largo do século XX, entendidas aqui não somente como índices de determinada realidade histórica, mas como discursos que se tornam fatores de transformação do próprio mundo material.

Referências Bibliográficas:

ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. de C. (org.). *Vargas e a crise dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, N. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, Universidade de Brasília, v. XV, n. 2, p. 303-330, 2002.

BALEEIRO, A. *A política e a mocidade*. Bahia: Progresso, 1954.

BRANDAO, Gildo Marçal. Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista (1945-1964). *Lua Nova* [online]. 1988, n.15, pp.133-149.

FERNANDES, F. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008 [1954].

GOMES, A. de C.; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus* (UFJF), v. 24, 2018.

GUIMARÃES, G. Tempo Histórico como 'urgência': considerações sobre a experiência de tempo no Brasil de JK.. In: GUIMARÃES, G.; BRUNO, L.; PEREZ, R. (Org.). *Conversas sobre o Brasil: Ensaio de Crítica Histórica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, v. 1, pp. 158-188.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JACKSON, L. C. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 65, p. 33-49, 2007.

KOSELLECK, R. ‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativas’: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed-PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LOVATTO, A. Partidos, Sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-1960: balanço histórico-bibliográfico preliminar. *Aurora*, ano V, n. 9, p. 197-212, dez/2011.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, n. 19, p. 75-119, 2016.

LYNCH, C. E. C. Cultura política brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v. 36, p. 5-19, 2017.

MELLO, D. B. de. O golpe de 1964 como uma ação de classe. *Re-vista – Verdade, Memória, Justiça*. Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.

MENDONÇA, D. de. O golpe civil-militar de 1961: crítica a uma explicação hegemônica. *Política e Sociedade*, v. 8, p. 409-446, 2009.

MOREIRA, M. S. *O diálogo crítico com a Teoria Poliárquica no pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, 247 p.

NICODEMO, T. L. O modernismo de estado e a política cultural brasileira na década de 1940: Candido Portinari e Gilberto Freyre nos EUA. *Landa*, v. 5, p. 320-349, 2016.

PCB. *Declaração Sobre a Política do PCB*. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, Março de 1958. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em 16/03/2020.

PÉCAUT, D. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, J. A. da C. Wanderley Guilherme dos Santos no ISEB e o estudo das contradições históricas dos destinos da revolução brasileira (1962-1964). *Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias*. Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2019.

SANTOS, W. G. dos. *Quem dará o golpe no Brasil?* Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SHIOTA, R. R. Vaticínios sobre o Golpe de 1964 no pensamento social e político brasileiro. *Em Tese*, Florianópolis, v. 14, pp. 114, 2017.

SILVA, G. do C. e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

SOUZA, P. O. Florestan Fernandes e os dilemas da democracia no Brasil. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais da UNESP*, Araraquara, v. 31, pp. 85-96, 2007.

ZWEIG, S. *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

Recebido em: 11 de setembro de 2019

Aceito em: 12 de janeiro de 2020